

Alberto Iria

**Um documento esquecido sobre a
chegada ao Brasil do primeiro Correio
Marítimo de Portugal em 1808**

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Olhão / 2008

**Um documento esquecido sobre a chegada ao Brasil do primeiro correio
marítimo de Portugal em 1808**

Autor: Alberto Iria

Revisão: Deodato Pires, António Paula Brito.

Edição de Janeiro de 2008, da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão -, incluída nas actividades de comemoração dos 200 anos da revolta olhanense contra a ocupação napoleónica.

R. Dr. Miguel Bombarda nº 47, 8700-503 Olhão.

apos@olhao.web.pt

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008

1ª Edição - Separata dos «ANAI» II Série, Vol. 30 Academia Portuguesa da História
Lisboa – MCMLXXXV

Prefácio

Este ano de 2008, no qual se comemoram 200 anos da revolta olhanense contra as tropas napoleónicas, é também, por isso, um ano onde os contributos e a memória de Alberto Iria são incontornáveis.

Alberto Iria, sendo olhanense, não foi apenas o maior historiador olhanense. Foi provavelmente o maior historiador algarvio! Os seus contributos para o esclarecimento da História do Algarve e, em concreto, do período relativo às invasões napoleónicas, são únicos.

Este artigo, que decorre de uma palestra efectuada por este historiador em Lisboa, dá-nos a conhecer dois documentos interessantíssimos para o esclarecimento do que então sucedeu em Olhão e, sobretudo, do seu impacto no Brasil, aquando da chegada do caíque *Bom Sucesso*, para informar a Família Real da expulsão das tropas napoleónicas: um documento mais formal, encontrado no arquivo histórico do Ministério do Negócios Estrangeiros, e outro documento mais popular, escrito por um Padre que testemunhou os acontecimentos.

Ambos os documentos reforçam a imagem da emoção provocada pela chegada do caíque olhanense ao Rio de Janeiro, no dia 22 de Setembro de 1808, mas também o protagonismo que Olhão teve na revolta, nomeadamente o reconhecimento de ter iniciado a primeira insurreição bem sucedida do País, em consonância com o que é referido pelo próprio Príncipe Regente no Alvará Régio de 15 de Novembro de 1808, que nos elevou a Vila!

Estes acontecimentos põem Olhão entre Portugal e o Brasil, e, Alberto Iria, por ter sido um dos que mais se dedicou a este capítulo da História, acabou por se tornar também um dos historiadores mais prestigiados e acarinhados em Portugal e no Brasil.

A APOS, com os seus poucos recursos humanos publica mais este artigo na web, a par de outros, de forma a contribuir para as comemorações de 2008 mas aqui, também, para homenagear a figura e a obra de Alberto Iria.

Olhão, Janeiro de 2008

António Paula Brito

Presidente da

APOS (Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão)

**Um documento esquecido sobre a chegada ao Brasil do
primeiro correio marítimo de Portugal em 1808**

Ainda por fazer ou talvez já feita, embora não possa no momento garantir, a História dos Correios Marítimos em Portugal será sempre um tema fascinante para novas pesquisas, na comprovada certeza em que fico do muito mais que, naturalmente, haverá para revelar sob o pó dos papéis guardados em alguns arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros.

No que concerne a tão especial capítulo da nossa actividade marítima, já eu próprio tenho também dado, mais de uma vez, e sempre em primeira-mão, tal como agora de novo faço, algumas pequenas contribuições ao revelar factos e circunstâncias até então mal conhecidos ou simplesmente ignorados da historiografia portuguesa contemporânea e de que outros às vezes se aproveitam, sem ao menos citar a fonte...

Assim, em 1936, ainda que num excerto incompleto da minha tese de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, naquele ano apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, tratei pela primeira vez do tema, ao qual dou agora novas achegas. E escrevi então o seguinte, como intróito, que julgo indispensável repetir aqui:

- «O Algarve em menos de oito dias tinha expulsado os franceses para além da serra do Caldeirão.

Organizada a defesa e tomadas as primeiras medidas de carácter político-militar, o Supremo Conselho de Regência, instalado em Faro, resolveu participar à Corte portuguesa, refugiada em terras de Santa Cruz, o patriótico levantamento desta província contra o invasor.

Das praias de Olhão, antiga colmeia de audazes pescadores, onde primeiro se erguera o grito da independência, partem os mensageiros da boa nova».¹

Alguns anos depois, em 1941, pude então mais desenvolvidamente abordar de novo o apaixonante tema, graças à possibilidade material que me foi dada de ver por fim publicada a minha própria tese de licenciatura, agora refundida e enriquecida de maior documentação. E ali escrevi o seguinte, que também forçoso é repetir aqui, na sequência do que transcrevi acima:

- «Tal era, pois, a situação do Algarve, no momento em que a Regência resolveu enviar à Corte do Rio de Janeiro o seu primeiro *correio marítimo*.

¹ IRIA, Alberto, *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca Bom Sucesso em 1808. Um episódio à margem da Guerra Peninsular (Excerto de uma tese)*. Lisboa, 1936.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Como arautos da boa nova foram escolhidos os pescadores de Olhão, os mesmos que depois de terem sido os primeiros a proclamar a independência no sul, se dirigiram a Faro, no dia 2 de Julho, armados como puderam, para reforçar a cidade sob a falsa ameaça de ser atacada pelos franceses.(...)

Mestre Manuel Martins Garrocho aparelhou enfim a sua embarcação, um pequeno caíque de pesca, o *Bom Sucesso* que não teria mais de quinze a vinte metros de comprimento por três ou quatro de largura, e da lotação de «duas mil arrobas» aproximadamente.

Neste frágil barquinho, se propôs o piloto Manuel de Oliveira Nobre chegar ao Brasil com os seus restantes companheiros: António Pereira Gémio; António da Cruz Charrão; António dos Santos Palma; Domingos do Ó Borrego; Domingos de Sousa; Francisco Lourenço; João Domingues Lopes; João de Munho (Moinho);. Joaquim do Ó; Joaquim Ribeiro; José Pires; José da Cruz; José da Cruz Charrão; Manuel de Oliveira e Pedro Nínil, num total de 17 homens.

Ao mestre da embarcação, vulgarmente conhecido pela alcunha de *Drago*, concedeu a Regência um salvo-conduto, datado de 6 de Julho, pelo qual sabemos que o dito Garrocho deveria aportar à Ilha da Madeira, para ali deixar em liberdade um tal Mateus Garcia, sua mulher e dois filhos menores que levava sob prisão. Ignoramos, porém, as razões que deram origem a esta expressa determinação do Governo. Será a mulher deste Mateus Garcia a mesma que, segundo Acúrcio das Neves, se familiarizara com Maurin? Não podemos afirmá-lo.

Mestre Garrocho era também portador dos seguintes documentos para o Regente de Portugal:

1. carta do Governo de Faro, redigida por um dos seus membros, Cónego António Luís de Macedo e Brito, datada de 5 de Junho, participação oficial da restauração do Algarve;
2. cópia do auto da eleição do Governo de Faro, datada de 22 de Junho, a fim de ser aprovada pelo monarca, documento acompanhado do auto de posse e termo de juramento dos membros da Regência;
3. duas cartas do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar, nas quais o prelado felicitava o Regente em seu nome pessoal e no do clero algarvio, datadas de 2 e 3 de Julho;

4. carta do Compromisso Marítimo de Olhão, datada de 2 de Julho, em que também se apresentavam felicitações ao Monarca e se fazia a descrição sumária da situação daquela aldeia durante o domínio francês.

Enfim sob os melhores auspícios deixou o *Bom Sucesso* as costas do Algarve no dia 6 de Julho.

Chegado ao Funchal foram cumpridas as disposições da Regência e o Governador da ilha, Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Meneses também confiou a Mestre Garrocho alguma correspondência para a Corte do Rio, para onde igualmente enviou, ao que parece, o preso que recebera do Algarve.

Depois de fazer aguada e de se abastecer para a longa travessia, o caíque tomou o rumo da América do Sul, possivelmente já em 16 de Julho, levando agora mais um jovem piloto, Francisco Domingos Machado, a quem Oliveira Nobre convidou por temer adoecer ou morrer subitamente, a partilhar os riscos ou a glória da viagem. O piloto Machado, embora simples praticante, já tinha feito uma carreira ao Oriente de Lisboa a Macau, a bordo da galera *Voadora*, do comerciante lisbonense José Nunes de Oliveira.²

Mais adiante, escrevi ainda em 1941:

- «Entretanto chegava ao Rio de Janeiro, em 22 de Setembro, o primeiro correio marítimo enviado à Corte pela Regência do Algarve, o já aludido caíque *Bom Sucesso*. No dia 28 chegou também ali o bergantim *S. José Americano* com a notícia da sublevação do Norte do País. Por último saiu de Lisboa, no dia 20 de Outubro, a fragata *Andorinha* com a participação da Restauração do Reino, a qual já em 21 de Dezembro se encontrava no Rio de Janeiro. É muito provável que igualmente por essa data ou talvez um mês antes, tivesse aportado à baía de Guanabara o segundo correio marítimo da Regência de Faro, isto é, o iate *N.ª S.ª do Monte do Carmo* que saíra do Algarve, como dissemos, no dia 8 de Agosto».³

E ao referir-me ao mês de Agosto de 1808, informei que:

- «Já então o Governo [do Algarve] deliberara enviar [de Faro] à Corte do Rio de Janeiro um segundo correio marítimo, pois que, no dia 6, foi passada carta credencial

² IRIA, Alberto, *A invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Lisboa, 1941, pp.132-134.

³ IRIA, Alberto, ob. cit., p. 197.

ao novo emissário, Dr. José Joaquim de Miranda e Horta Machado. O Conde de Castro Marim receava pela sorte dos tripulantes do *Bom Sucesso*, e aproveitava agora o ensejo de enviar ao Príncipe Regente notícias mais circunstanciadas (...)

Finalmente no dia 8 o iate *N.ª S.ª do Monte do Carmo*, conduzido pelo Mestre António Luís, partia de Faro para o Rio de Janeiro com o enviado da Regência.»⁴

Ainda em 1941, depois de ter revelado que Custódio José da Silva fora um dos tripulantes do iate *N.ª S.ª do Monte do Carmo* ⁵, mais me foi dado informar, mas relativamente ao ano de 1809, o que também quero desde já pôr aqui em relevo:

- «Em Janeiro do mesmo ano o mestre e a tripulação do caíque *Bom Sucesso* requereram ao Soberano algo que não nos foi possível apurar. E, em 4 de Março seguinte, reuniu a Câmara de Faro para tomar conhecimento de um. requerimento dos moradores de Olhão, no qual pediam a D. João VI a incorporação das freguesias da Fuzeta, Quelfes e Pechão no termo da nova vila, bem como o título de *Leal* e a construção de um monumento que perpetuasse ali a data da insurreição [16 de Junho de 1808] contra os franceses, apenas com a seguinte legenda: Lealdade!»⁶.

Em 1963 revelei também, em primeira mão, o recibo, até então inédito, das bem merecidas alvissaras dadas pelo Príncipe Regente D. João, na Corte do Rio de Janeiro, «aos Algarves – *como nele se diz* – que vieram de Olhão com a notícia da restauração do Reyno do Algarve, na importância de hum conto e duzentos mil reis», passado ali pelo Brigadeiro Francisco José Rufino de Sousa Lobato, em 22 de Setembro de 1808⁷.

Até aqui, no que mais importa agora referir no essencial, relativamente à viagem do caíque de Olhão ao Brasil, em 1808, uma série de factos novos por mim revelados à nossa historiografia coeva sobre o assunto, para além de outros de não menor importância, em especial referentes às biografias dos seus heróicos tripulantes por

⁴ Idem, *idem*, p. 171. O referido iate devia ser tal como o descreveu, nos finais do século XIX, Baldaque da Silva: «Hiate - tipo de navio pequeno de coberta, aparelhado com dois mastros para latinos e gaff-tops, pau da bujarrona e estae ... » (SILVA, A. Baldaque da, *Estado actual das pescas em Portugal (...) referido ao anno de 1886*, Lisboa, 1891, p. 500. Veja também: LEITAO, Comandantes Humberto, e LOPES, J. Vicente, *Dicionário da linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa, 1963, p. 237. Cf. 2ª edição, Lisboa, 1974, p.305. ambas do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos,

⁵ Idem, *idem*, p. 252.

⁶ IRIA, Alberto, *ob.cit.*, p.292

⁷ IRIA, Alberto, *As Caravelas do Infante e os Caíques do Algarve. Subsídios para o estudo da Arqueologia Naval Portuguesa*. Lisboa, 1963, p.107. Edição da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

igual modo consignados naqueles meus anteriores estudos, embora quanto a estas biografias não tenha ainda revelado e esgotado tudo quanto me foi dado apurar.

Em 1953, porém, quando o infatigável historiador e meu saudoso Amigo Ângelo Pereira, deu à estampa mais outro notável volume do seu ainda hoje pouco estudado, mal aproveitado, mas fundamental estudo sobre *D. João VI Príncipe e Rei*, e teve então a extrema gentileza de me oferecer o primeiro exemplar saído do «prelo», como diz na dedicatória, prometi-lhe nessa ocasião, a seu bondoso incitamento, exumar e divulgar um seu pouco conhecido documento, na primeira oportunidade que me surgisse. E ela, infelizmente, só agora surgiu, já depois do seu falecimento. São todavia grandes as novidades que tão esquecido documento nos dá. É pois à sua nova luz que melhor e de forma mais completa se entenderão agora as notícias já por mim anteriormente reveladas, quanto ao primeiro correio marítimo enviado de Portugal ao Brasil. Refiro-me, concretamente, à triunfal chegada, sublinho e insisto, do pequeno caíque de Olhão ao Brasil em 1808 depois da sua arriscada viagem do Atlântico Sul. Circunstância naval documentada mas até agora não divulgada, porque ficou ... lamentavelmente esquecida ou simplesmente ignorada da nossa moderna historiografia.

Aqui fica, portanto, registada a parte que, do precioso documento, mais interessa. E será este o preito da minha singela e póstuma homenagem a Ângelo Pereira, na pessoa da sua ilustre filha, a Senhora Dr.^a Maria da Graça, minha muito prezada Amiga e antiga condiscípula na Faculdade de Letras de Lisboa, e na de seu querido neto, cujas presenças muito me sensibilizam e do coração agradeço como me cumpre. É que, além do mais, e é bom que também nesta Academia se diga, o já falecido historiador Ângelo Pereira prestou aos historiadores luso-brasileiros grandes serviços com a riquíssima obra, opulentamente documentada, que nos legou, obra que não é justo esquecer ou minimizar.

Ângelo Pereira, no caso agora vertente, produziu um documento único que revela, nada mais nada menos, o relato mais fidedigno da chegada ao Rio de Janeiro a 22 de Setembro de 1808, do primeiro e inesperado correio marítimo de Portugal, com as primeiras e mais sensacionais notícias da expulsão dos invasores franceses do Algarve.

Eis o documento, repito, apenas na parte que mais interessa exumar e divulgar neste momento, isto é, relativa à triunfal chegada à baía de Guanabara do caíque de pesca



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

«*Bom Sucesso*», o famoso «*Drago*» – assim era a sua vulgar alcunha – ou o *caíque de Olhão*, façanha naval que, em 1808, recorde-se mais uma vez, causou natural assombro e espanto dentro e fora do País e em particular no Brasil.

Ângelo Pereira fez a cópia – cujas abreviaturas me permito desenvolver do documento que segue no chamado «Arquivo Histórico» do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para ilustrar o que ele chamou: «*As impacientes e temerárias ambições do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho*».

Oiçamo-lo:

«Foi o portador destas ditosas esperanças hum Caíque do Algarve que inopinadamente se dirigiu à barra deste Porto do Rio de Janeiro no dia _8 de Setembro arvorando Bandeira Portuguesa, aparição que causando uma geral satisfação e alegria se fez logo mais viva e mais sensível vendo se desembarcar de uma desusada embarcação em viagens (sic) de tão longo curso, hum grande numero de Algarvios condecorados com o distintivo de uma fita e laço encarnado no braço esquerdo publicando a restauração do Reino do Algarve pela expulsão dos francezes que o guarnição. Conduzidos a presença de Sua Alteza Real o Principe Regente que os recebeo com demonstraçoens de grande satisfação, e com aquella Benevolência e Benignidade com que acolhe sempre os Seus fieis Vassallos apresentarão aquelle Senhor os Papeis de que vinhão encarregados que consistião em huma Carta do Conde Monteiro Mor para Sua Alteza Real, huma do Bispo do mesmo Reino do Algarve, outra da Camera de Faro, outra do Real Compromisso do Lugar de Olhão escritas e adressadas (sic) a Sua Alteza Real e com estas huma Participação do Supremo Conselho do Algarve semelhantemente dirigida a Sua Alteza Real em que se relatavão os importantes sucessos da expulsão dos Francezes que se achavão no Algarve, da restauração d'aquelle Reino, e da aclamação e reconhecimento da Rainha Fidelíssima e do Príncipe Regente Nosso Senhor e da Regencia que o Povo havia estabelecido com a denominação de Supremo Conselho do Reino do Algarve em vista de prevenir os efeitos que poderião resultar de uma anarchia.

Pelo que se ouviu a Sua Alteza Real se verifica que a Carta do Monteiro Mor que residia em Faro como particular depois da Invasão dos Francezes n'aquelle Reino do Algarve se reduzia simplesmente a huma exhortação de sentimentos affectuosos e a huma exhortação ascetica sobre a necessidade de implorar o auxilio e Misericordia do Altissimo rogativas de que elle se occupava, requerendo Sua Alteza Real as praticasse similhante pela sua parte.

Foi pois pela Carta do Bispo escrita a Sua Alteza Real na data de 2 de Julho, pela Participação do Supremo Conselho do Reino do Algarve, pela Carta da Camera de Faro e da do Real Compromisso do Lugar de Olhão que constou a Sua Alteza Real que fora n'aquelle Lugar e no dia 16 de Junho que se dera

o primeiro impulso à fidelidade e valor Portuguez comprimido pelas extorsoens e violencias commetidas pelos Francezes em quanto occuparão aquelle Reino, succedendo, no acto de mandarem estes affixar hum Edital, achar se ali presente o fiel e valoroso José Lopes de Sousa que tinha sido Governador de Vila Real; que indignado pela nova violencia que os Francezes querião practicar obrigando os Algarves a fazer huma diversão atacando os Espanhoes pela parte de Ayamonte, arrancando elle mesmo o Edital exclamou Que já não havião (sic) Portugueses resolutos que elle se offerencia para conduzir os que quizessem libertar a Patria e sacudir o jugo estranho, animados os habitantes por esta exhortação correrão sobre os Francezes, que se retirarão para Faro deixando alguns mortos e feridos e 58 prisioneiros. Irresolta a Governança de Faro procurou induzir os de Olhão a que se submetessem e se retirassem para suas casas, mas presistindo (sic) estes ultimos constrangerão por hum tal exemplo de perseverança os de Faro a que dessem iguais provas de valor e fidelidade, que os determinarão a attacar os francezes obrigando-os a evacuar o Algarve, donde passarão depois a Cidade de Beja em que saciarão a sua cruel vingança incendiando parte da Cidade, saqueando os habitantes, violando as mulheres, e as religiosas nos Conventos e cometendo actos de atrocidades proprios dos tempos da mais horrida barbaridade.

Effectuada por este modo a restauração do Algarve passou o Povo de Faro a requerer no dia 22 de Junho a Organização de hum Governo interino a que se deu o nome de Conselho Supremo do Algarve nomeou para Presidente delle o General em Chefe do Exercito o Conde Monteiro Mor, com sete vogaes de cada hum dos Trez Estados que a pluralidade de votos deverião decidir dos Negocios que occoressesem, e efectivamente se procedeo no dia seguinte, 23 de Junho a prestarem os Deputados eleitos nas Mãos do Bispo o juramento e presença dos trez Estados o Juramento de bem governar decidir e resolver todos os pontos relativos ao seu officio com a devida rectidão e verdade.

He para notar, porque esta observação deve servir para illustrar a narração que vai a proseguir-se, (sic) que tanto a Camera (sic) de Faro na Carta que escreveo a Sua Alteza Real em data de 30 de Junho, como o Real Compromisso de Olhão por outra que escreveo ao Príncipe na data de 2 de Julho do presente anno de 1808 referem os camaristas que tendo podido alcançar por Gibraltar e por Sevilha armas de que se achavam inteiramente desprovidos, não podião eximir-se de representar a Sua Alteza Real a precisão em que estavam de dinheiro para muniçoens de boca e pagamento dos que gloriosamente vão expor a vida pela defesa da patria e da Religião, acrescentando que a Camera não podia nem devia recorrer sobre hum tal artigo a outrem mais que a Sua Alteza Real como Pai e Soberano, repetindo e insistindo a mesma Camera que houvesse Sua Alteza Real defferir aquella Justa Suplica que merecia a Sua Real e Paternal atenção. Com igual energia e justiça implorou o Real Compromisso do Lugar de Olhao a Protecção e auxilio de Sua Alteza Real expressando que aquelle Povo em razão de estar em Armas tinha deixado as occupaçoens de que vivia e chegara a tal ponto de Miseria que o Real Compromisso por causa de não possuir já numerario algum se tem visto precisado a mendigar o seu sustento pelas Ruas!

⁸ O documento não indica o dia

A importancia destes grandes acontecimentos e a consideração de que elles merecião a mais seria attenção por ser indispensavel tomar sem perda de tempo medidas efficazes e dar providencias promptas e acertadas, fez lembrar a Sua Alteza Real a propriedade de convocar a Seu Conselho de Estado, e na conformidade das Reais determinaçoens forão avisados os Conselheiros para se acharem no Paço as 10h1/2 da manham (sic) de 21 do presente mez de Setembro, e reunidos todos na Real Presença abriu a Sessão D. Rodrigo de Sousa Coutinho como Relator, por ser o Negocio da Sua Repartição, lendo hum papel fraseado em que depois de hum sucinto e por extremo abreviado resumo do que se havia praticado no Algarve, occultando a Correspondencia e mais Papeis authenticos recebidos d'aquelle Reino que se não produzirão propunha a necessidade de formalizar huma Proclamação aos Portuguezes, louvando a energia e fidelidade com que se havião comportado no glorioso empenho da restauração da Monarquia exhortando-os a prosseguir com igual fervor, animando-os com a esperança do regresso de Sua Alteza Real e da sua Real Familia, começando por lhes prometer a próxima chegada do Senhor Infante D. Miguel ou do Senhor Infante D. Pedro Carlos, acabava por fazer-lhes esperar avultados socorros que ElRei da Bretanha, fiel Alliado de Sua Alteza Real, devia fornecer generosamente (...)»⁹.

Vê-se, antes de mais, por este esquecido documento do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, agora de novo exumado, o natural alvoroço e a justificada alegria da população do Rio de Janeiro e a grande emoção da Corte Portuguesa ali instalada, havia ainda poucos meses, ao ver inesperadamente chegar à barra e em seguida fundear na baia de Guanabara tão «desusada embarcação em viagens (sic) de tão longo curso», de dois mastros e velas latinas, e dela vistosamente desembarcarem depois na cidade os «17 Algarvenses», tripulantes do tão minúsculo caíque de pesca de Olhão, o «*Bom Sucesso*», como me foi dado revelar mais modernamente.

É que todos também ostentavam agora ali - facto novo e digno de realçar - «uma fita e laço encarnado¹⁰ no braço esquerdo publicando a restauração do Reino do Algarve pela expulsão dos Franceses que o guarnecião».

Digna de um grande Pintor de Arte teria sido a vistosa e garrida cena do desembarque, no velho cais do Rio de Janeiro, desses «17 Algarvenses» do caíque de Olhão, perante

⁹ PEREIRA, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei. Volume I. A retirada da Família Real para o Brasil (1807). Revelação de documentos secretos e inéditos sobre o grande acontecimento.* Lisboa, 1953, pp. 296-298.

¹⁰ Nota do Editor: após a libertação do Algarve, o povo de Faro decidiu que esta fita encarnada deveria ser colocada no braço direito como símbolo de patriotismo, tornando-se posteriormente uma divisa aprovada pelas entidades oficiais.

a admiração e o natural espanto da multidão e das autoridades ali congregadas para os receber e ovacionar.

Quando dará Olhão, ao menos, o nome de todos esses 17 tripulantes, por mim revelados e identificados em primeira-mão, a ruas da minha terra e não só a alguns? Aqui fica o meu alvitre, talvez para ficar também esquecido... quem sabe?!

Todos eles foram então conduzidos à presença do Príncipe Regente D. João, a quem apresentarão «os Papeis de que vinhão encarregados ...», outro facto novo também agora documentado, «Papeis», aliás, já por mim mais individualmente revelados e publicados em 1941, no estudo atrás referido.

E não teria sido menos admirável e singularmente original, a tela a óleo do Pintor que tivesse sabido fixar, para a posteridade, a recepção pública e oficial destes 17 humildes mas arrojados nautas de Olhão, pelo Príncipe Regente na Corte do Rio de Janeiro.

O documento agora exumado do esquecimento uma vez mais confirma, e pela boca dos seus próprios contemporâneos, além dos numerosos testemunhos civis, militares e religiosos da época, também já por mim anteriormente revelados e documentados, ter sido o dia 16 de Junho de 1808, o da Revolução de Olhão, e não outro, o da maior relevância político-militar, sublinhe-se, para a libertação do jugo francês no extremo Sul de Portugal.

Mas a enumeração que fiz, e publiquei em 1941, como atrás disse, dos documentos levados do Algarve para a Corte do Rio de Janeiro, em 1808, pelo primeiro correio marítimo ali chegado de Portugal, difere um pouco da que foi feita no documento publicado por Ângelo Pereira.

Segundo este documento, o correio então transportado foi o seguinte:

- « huma Carta do Conde Monteiro Mor»; «huma do Bispo do mesmo Reino do Algarve, outra da Camera de Faro, outra do Real Compromisso do Lugar de Olhão», além da «Participação do Supremo Conselho do Algarve em que se relatavão os importantes sucessos da expulsão dos Franceses que se achavão no Algarve...».

Segundo porém, o que, em 1941, me foi dado apurar e publicar, não foi uma, mas foram duas as cartas de felicitações então enviadas pelo bispo do Algarve ao Príncipe Regente, uma em seu nome pessoal e outra em nome do clero algarvio, respectivamente datadas de 2 e 3 de Julho.

O Príncipe Regente leu desde logo a carta do Conde Monteiro Mor, então particularmente residente em Faro, e durante a ocupação francesa, a qual não me referi em 1941, apenas porque não encontrei a respectiva cópia. Mas, pelo que revelou o esquecido documento de Ângelo Pereira, a que me reporto, o conteúdo dessa carta reduzia-se «simplesmente a huma exhortação de sentimentos affectuosos e a huma exhortação ascetica sobre a necessidade de implorar o auxilio e Misericórdia do Altíssimo rogativas de que elle [o Conde Monteiro-Mor] se ocupava, requerendo Sua Alteza Real as praticasse semelhante pela sua parte ...».

O documento de Ângelo Pereira refere-se também a uma «carta da Camera de Faro», de 30 de Junho, à qual também não me referi em 1941, mas cujo importante conteúdo agora ficou revelado:

- «... referem os Camaristas que tendo podido alcançar por Gibraltar e por Sevilha armas de que se achavam inteiramente desprovidos não podião eximir-se de representar a Sua Alteza Real a precisão em que estavam de dinheiro para muniçoens de boca e pagamento dos que gloriosamente vão expor a vida pela defesa da pátria e da Religião...»

Curioso é salientar que, em 1953, no documento trazido a público por Ângelo Pereira, confirma-se muitos pormenores e circunstâncias por mim revelados em 1941, quanto à expulsão dos franceses do Algarve. E, entre eles, este importante facto: «Irresolta a Governança de Faro procurou induzir os de Olhão a que se submetessem e se retirassem para suas casas ...»

Diz, porém, o documento publicado por Ângelo Pereira, «que, no dia 21 de Setembro de 1808, pelas 10 h 1/2 da manham, o Príncipe Regente convocou e reuniu o seu Conselho de Estado, em face da importância destes grandes acontecimentos», que «merecião a mais seria attenção por ser indispensável tomar sem perda de tempo medidas efficazes e dar providencias promptas e acertadas ...».

Abriu a sessão - diz o referido documento - D. Rodrigo de Sousa Coutinho «como Relator, por ser o Negocio da Sua Repartição, lendo hum papel fraseado em que depois de hum sucinto e por estremo abreviado resumo do que se havia praticado no Algarve, occultando a Correspondencia e mais Papeis authenticos recebidos d'aquelle Reino que se não produzirão propunha a necessidade de formalizar huma



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Proclamação aos Portuguezes, louvando a energia e fidelidade com que se havião comportado no glorioso empenho da restauração da Monarquia ...»

Não conheço a Proclamação em referência. Mas por aqui fico, nesta simples referência às promessas então feitas pelo Príncipe Regente que, inclusive, chegou a prometer aos Portugueses o próximo regresso a Portugal de seu filho o Infante D. Miguel e o de seu sobrinho e genro o Infante D. Pedro Carlos de Borbon e Bragança com afagueira (mas infundada) esperança de receber do Rei da Grã – Bretanha, seu «fiel Alliado», «vultados socorros» e ... «generosamente ...» Mas isso ... é outra história, que já sai do âmbito desta.

Por agora apenas desejo ainda documentar a chegada ao Brasil, em 1808, do primeiro correio marítimo de Portugal, num dos mais típicos barcos do Algarve - o caíque de dois mastros e de duas velas latinas, triangulares, com mais uma fonte impressa da época.

Trata-se de um não menos precioso depoimento, da autoria de uma testemunha ocular, que completa o documento oficial publicado por Ângelo Pereira.

Refiro-me ao P^o. Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido pelo Padre Perereca que no Rio de Janeiro escreveu efectivamente o seguinte:

- «Mas uma risonha aurora começa desde já a anunciar-nos dias mais serenos, e brilhantes no horizonte de Portugal. A audácia portuguesa, coisa incrível! rompe impávida um imenso golfão em pequeno e frágil caíque, e vem trazer ao soberano alegres notícias. Vimos entrar por esta barra do Rio de Janeiro a tão pequena embarcação ornada com as Reais Quinas; e desde que foi avistada ao longe, e conhecida por vela da costa de Portugal, lisonjeiras esperanças ocuparam os nossos corações. Com efeito, não nos enganámos. Os leais portugueses do pequeno Reino do Algarve, sem perda de tempo, despediram este correio a Sua Alteza Real, para o certificarem de que aquele Reino estava livre dos inimigos, que o dominavam, e de novo por ofícios do Governo, e Câmaras, ratificavam a sua obediência, e vassalagem ao seu legítimo príncipe. A pequena povoação de Olhão foi a primeira, que levantou a voz da independência no dia 16 de Junho; (naquele dia, em que o Novo Mundo viu pela primeira vez um soberano europeu com a sua Corte na maior pompa, acompanhando pelas ruas do Rio de Janeiro, capital do Brasil, o seu Deus Sacramentado, e dando aos povos do Império Lusitano do Ocidente o mais enérgico exemplo de acatamento, em adoração a Majestade Divina), sim, foi neste memorável dia de festa do Corpo de Deus, e da instalação da Real Capela do Rio de Janeiro, que começou em Portugal a ouvirem-se as vozes da liberdade, e os ecos dos vivas a Sua Alteza Real, o Senhor D. João, e a augusta Casa de Bragança. Um

honrado e heróico militar, o coronel José Lopes de Sousa, com estas sublimes palavras – já não há portugueses – em um momento acendeu a sagrada chama do patriotismo no coração deste pequeno, mas valoroso povo de Olhão; daqui lavrou o incêndio por todo o Algarve; os franceses são repelidos, e acoitados por toda a parte, e as águias assustadas voaram para além das serras do Monchique, e do Caldeirão. Tal é em suma o começo da independência de Portugal, e a primeira notícia, que o Príncipe Regente Nosso Senhor teve daqueles leais, e amantes vassalos, e que tanto alegrou o seu paternal coração. Sua Alteza acolheu com prazer, e benignidade, estes novos argonautas; premiou com o hábito da Ordem de Cristo o intrépido comandante do caíque, e conferiu-lhe o posto de 1º tenente da sua Real Marinha; comprou com liberalidade o caíque, em que vieram os algarvios e os mandou ao depois regressar para a pátria em outra embarcação mais cómoda, e segura. A vila de Olhão da Restauração, elevada por Sua Alteza Real a esta honrosa graduação, e título, e a medalha, que o mesmo Real Senhor conferiu aos habitantes dela, serão eterna memória da lealdade, e valor dos portugueses»¹¹.

Escusaria de dizer agora que todos os informes acima referidos pelo Padre Perereca, por cuja alcunha é mais conhecido, foram já por mim objecto de mais larga e documentada análise, no meu já atrás citado estudo de 1941, inclusive os que se reportam a elevação de Olhão a vila, à concessão da régia medalha de prata aos seus valorosos habitantes, etc., etc.

Neste momento e para concluir, além de renovar a minha pública gratidão ao nosso querido confrade e Amigo Arquitecto Carlos Francisco Moura, pela valiosíssima colaboração que me deu para esta comunicação e continua felizmente dando para outras, neste meu constante aprofundar de história luso-brasileira, à luz de fontes

11 SANTOS, Luís Gonçalves dos (Padre Perereca), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Em apêndice: *Documentos e notas bio-bibliográficas, índices completos da obra tanto do anotador como do autor*. Livraria Editora Zélio Valverde - Travessa do Ouvidor, 27. Rio, 1943, Tomo II, pp.272-273. Ainda a página 273 o autor registou, entre outras coisas: «seis dias apenas haviam decorrido depois deste avizo do Algarve quando chega da cidade do Porto o navio S. José Americano, trazendo mais extensos motivos de público prazer e estes eram, que a cidade do Porto, toda a Província do Minho, e de Trás-os-Montes, como também de algumas terras da Beira, tinham sacudido o insuportável jugo do infame Napoleão...»

O título deste tomo II, na edição princeps da obra do Padre Perereca é este: «*Memórias/ para servir à História / do Reino do Brazil, / Divididas em tres epocas / da/ Felicidade, Honra, e Gloria; escritas na Corte do Rio de Janeiro, no anno de 1821, / e offerecidas a S. Magestade ElRei Nosso Senhor / o Senhor / D. João VI./ pelo P. Luíz Gonçalves dos Sanctos. / Tomo II. [Vinheta com as Armas Reaes Portugesas. Lisboa, / Na Impressão Regia. Anno 1825. / Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.*»

Devo aqui testemunhar o meu público e sincero agradecimento ao arquitecto brasileiro Carlos Francisco Moura, nosso recente confrade, por todo estes elementos recebidos, à margem de outra ainda mais valiosa colaboração por ele prestada e a seu tempo referida, para o estudo da biografia do acima mencionado «*Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Braganca, Almirante General da Marinha Portuguesa e Presidente Perpétuo da Academia [Real] das Ciências de Lisboa. 1787-1812, título de minha próxima comunicação àquela Academia.*»

existentes no Brasil, desejo ainda recordar o que considero o natural remate do específico tema hoje abordado nesta Academia e já por mim referido em 1936¹².

Logo em 1809, José Agostinho de Macedo dedicou ao feito náutico do caíque de Olhão, um ano antes, o seu conhecido poema *O Novo Argonauta* (que teve segunda edição em 1825), no qual o classificou de «Caso único na História Naval de todos os Povos»¹³.

Talvez ignore o frígido Tamisa
 E o Sena transformado em sangue e luto,
 Que o Atlântico mar banhe a pequena
 E mal sabida Olhão: he esta a Pátria
 Do novo Heróe, do vencedor dos mares
 C’o as frágeis armas d’hum batel pequeno,
 Cuja façanha audaz deixa esquecidos
 De Américo, e Colombo o nome, e os feitos.

Refere-se o Poeta ao piloto do caíque, o já atrás mencionado Manuel de Oliveira Nobre, de quem ouviu o relato da viagem e lhe confessou o seguinte: não era prático na carreira do Brasil, e tinha deixado em Lisboa as suas cartas Hydrográficas, dirigia-se por huma estimativa muito incerta, sendo o seu maior cuidado observar a direcção das correntes do Oceano e dirigir o rumo do caíque conforme estas correntes¹⁴.

Não admira portanto, que Manuel de Oliveira Nobre tivesse sido o mais celebrado dos audazes tripulantes do «*Bom Sucesso*», embora Manuel Martins Garrocho fosse o mestre da embarcação, cujo proprietário foi, como já o provei em 1941, o olhanense Miguel do Ó.

Em 1839, João Baptista da Silva Lopes referiu que «Todos os habitantes do Rio de Janeiro naturaes e estrangeiros ficaram maravilhados de que em tão frágil embarcação podessem (sic) atravessar tantas mil léguas do oceano homens não só leigos nas mais triviais regras da náutica, mas que nunca se haviam afastado cem léguas da costa de

¹² IRIA, Alberto, *Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca «Bom Sucesso» em 1808. Um episódio à margem da Guerra Peninsular (Excerto de uma tese)*. Lisboa, 1956.

¹³ MACEDO, José Agostinho de, *O Novo Argonauta*. Lisboa, 1809. A 2ª edição é de 1825. Possuo as duas. Ambas por oferta do meu saudoso Mestre e Amigo, Dr. João Martins da Silva Marques, na Faculdade de Letras de Lisboa e antigo Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁴ MACEDO, José Agostinho de, ob. e edição citadas, pp. 15-16.

Portugal. Muitos estrangeiros, e principalmente ingleses, tiraram a planta e dimensões do barco, que conservaram com apreço.»¹⁵

Ainda em 1839, o referido João Baptista da Silva Lopes dá notícia de que a «O caíque esteve algum tempo conservado para memória na ilha das cobras, depois foi empregado no serviço do arsenal.»¹⁶

Mas em 1841, já melhor informado, acrescenta que, aos tripulantes do «*Bom Sucesso*» lhes foi oferecido «... um iate para voltarem ao reino» e que o caíque «... ainda hoje ali é examinado com maravilha por nacionais e estrangeiros.»¹⁷

E perde-se realmente aqui, em 1841, o rasto do famoso caíque de Olhão, acerca do qual nada mais consegui saber.

Cedo, porém, se terá também perdido no Brasil a notícia do seu destino, a memória física daquele histórico barco que foi, indiscutivelmente, o primeiro e o mais singular correio marítimo chegado de Portugal ao Rio de Janeiro, com a boa nova do grito da liberdade e da independência do Algarve, grito solto de maneira irreversível na «mal sabida Olhão», contra a opressão dos invasores franceses.

Depois de, materialmente, haver sobrevivido, de certeza, durante trinta e três anos, à viagem atlântica que tão justamente o havia celebrizado e marcado, para sempre, a sua presença nos factos da moderna História Naval, o caíque de Olhão, ao menos até 1841, exposto à acção do tempo e das intempéries tropicais, deve ter a pouco e pouco apodrecido na Ilha das Cobras, no velho Arsenal do Rio de Janeiro.

Mas só depois de largos anos ali haver enalhado e deixado de prestar serviço, e ter assim ficado exposto à curiosidade histórica dos visitantes, agora já sem préstimo algum, embora debaixo de qualquer velho telheiro do referido Arsenal.

É que acerca dele, da sua presença ali, já nenhuma informação nos transmitiu, no seu exaustivo estudo, o meu saudoso Amigo e historiador brasileiro, Almirante e Engenheiro Naval, Juvenal Greenhalgh¹⁸.

¹⁵ *O Panorama*, de 28 de Setembro de 1839, vol. III, p. 312.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia (...) do Reino do Algarve*, Lisboa, 1841, p. 16.

¹⁸ GREENHALGH, Juvenal, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*, em dois volumes. O 1º volume, abrange os anos de 1763-1822 (Rio de Janeiro, 1951). O 2º volume, compreende os anos de 1822-1889 (Rio de Janeiro, 1965). Aquele foi-me oferecido pelo Autor. E, o último, por gentileza de sua filha, Dona Priscilla Greenhalgh de Cerqueira Lima.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

Mas em Olhão, Jorge Colaço, inesquecível Pintor de Arte, por incumbência de zelosa e patriótica Câmara local, magistralmente perpetuou o famoso caíque, o seu: e outros feitos e figuras olhanenses, nos já desaparecidos azulejos do malfadado «*Jardim João Serra*», meu sempre lembrado primo deste nome, herói da 1ª Grande Guerra, nome justamente registado e celebrado no *Livro de Ouro da Infantaria* por outro também já desaparecido Amigo e Poeta, o tenente Caetano de Sousa, aos quais rendo igualmente agora devida e pública homenagem de profunda saudade.

Lamentável foi, vem a propósito dizê-lo, o autêntico crime de lesa-arte que permitiu sacrificar aquela preciosa parcela do património artístico de Olhão - o Jardim e os históricos azulejos de Jorge Colaço - à construção da sua *Domus Justitiae* ... Mas isso é outra história... que já passou à história! E vem ainda mais a propósito referi-la, quando a Câmara Municipal de Olhão - honra lhe seja tributada pela posteridade - muito briosa e inteligentemente agora se propôs, segundo me garantem, reproduzir numa praça pública e à beira-mar, os antigos e famosos bancos de azulejos do inesquecível Jorge Colaço que, por exemplo, em Setúbal viu mais respeitada a sua Arte ligada às lides da pesca local, pelo menos até agora, e na fachada de bem conhecida moradia.

E, assim, ainda sobreviverá, ao menos em Olhão, a presença do imortal caíque e a memória do primeiro correio marítimo por ele transportado à Corte Portuguesa do Rio de Janeiro em 1808.

As embarcações, grandes ou pequenas, tal como os homens, singram às vezes uma vida inteira sobre as encapeladas ondas do Mar Oceano. Mas também um *belo dia* - triste dia! - simplesmente ficam em terra, já velhas e cansadas, e morrem! Barcos encalhados! Quem os não conhece! Minados de caruncho, é certo, mas também de tristeza e de saudade do Mar. Até que, por fim acabam sempre por desaparecer do palco da vida, depois de heroicamente terem ainda sobrevivido, durante algum tempo, à inclemência dos vendavais ou, o que pior é, à fatalidade dos naufrágios! Barcos encalhados ou barcos naufragados, tanto faz, todos morrem e desaparecem um dia para sempre.

Todavia, os que conseguem sobreviver no espaço e no tempo, como o histórico caíque de Olhão, e ficam gravados na memória dos homens, esses são os que permanecem para todo o sempre ligados à prática de nobres e extraordinárias acções ao serviço da

Pátria e ao serviço da própria Humanidade. Esses libertaram-se da Lei da Morte, o terrível esquecimento e, portanto, são sempre recordados, como o caíque de Olhão.

Às vezes a simples lembrança dessas suas extraordinárias acções, registadas ou não pela História Naval, pode até constituir forte estímulo para a prática de outros feitos náuticos, igualmente inesquecíveis e dignos da maior admiração.

E Olhão, como decerto outras terras do litoral português – é felizmente fértil em conhecidas acções marítimas, algumas das quais vêm precisamente registadas nos Anais da História Naval. E ao Brasil, caso curioso, ficaram para sempre ligados dois dos seus maiores feitos náuticos.

Refiro-me, obviamente, ao do celebrado caíque «*Bom Sucesso*», objecto desta comunicação, caíque merecedor do Poema de José Agostinho de Macedo, como atrás disse, e a mais recente odisseia do ainda bem mais minúsculo barquinho, o «*Natália Rosa*» que Salvador Alexandre, Poeta e conterrâneo Amigo, justamente celebrou e cantou nos seus expressivos Versos.¹⁹

¹⁹ ALEXANDRE, Salvador, *As trevas e o rouxinol*, Lisboa, 1971, pp. 109-115.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008